



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

PROMOÇÃO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (Decreto nº 306/2016)

TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA FUNÇÃO PLEITEADA: TGPC08 - Assistência Técnica em Controladoria Institucional

INSTRUÇÕES AO SERVIDOR (TESTE OBJETIVO)

- 1º Assim que receber o gabarito (com cuidado para não o rasgar) confira seus dados impressos e assine no local apropriado. Havendo dúvidas, solicite orientação ao fiscal de sala.
- 2º Verifique se o caderno de testes que você recebeu está de acordo com a função a que pretende concorrer.
- 3º Responda todas as questões primeiramente no caderno de testes (existe apenas uma alternativa correta) e, depois, com calma, transcreva ao gabarito (reserve dez minutos para isso). Não haverá substituição de gabarito e as questões que apresentarem rasuras, não estiverem assinaladas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas nulas.
- 4º O tempo mínimo de permanência do servidor em sala será de 30 minutos e a duração do teste objetivo não excederá a 03 horas.
- 5º Ao terminar de responder as questões no gabarito: permaneça sentado; chame o fiscal de sala e aguarde, ele vai conferir seus dados e sua assinatura e, estando tudo correto, ele recolherá seu gabarito e autorizará sua saída do recinto, sem o caderno de prova.
- 6º Após a saída da sala, não será permitida sua permanência nos corredores ou pátio ou o acesso a outras salas ou aos banheiros.

Solicitamos sua compreensão e colaboração.

BOA PROVA!!!

Servidor:	
Matrícula	Função Pleiteada:

1-	2-	3-	4-	5-	6-	7-
8-	9-	10-	11-	12-	13-	14-
15-	16-	17-	18-	19-	20-	21-
22-	23-	24-	25-			

1) A retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em Lei, reajustado periodicamente de modo a preservar o seu valor aquisitivo denomina-se:

- a) adicional.
- b) parcelas indenizatórias.
- c) gratificação.
- d) remuneração.
- e) vencimento.

2) Reabilitação funcional é o conjunto de medidas que visa ao aproveitamento do potencial laborativo residual do servidor efetivo portador de restrições de saúde (física, mental e sensorial), em atividades laborativas compatíveis com as mesmas, e se dará por:

- a) licença para tratamento da própria saúde.
- b) readaptação ou readaptação funcional.
- c) oferta de cursos de capacitação e aperfeiçoamento.
- d) realização de sessões de fisioterapia e psicoterapia.
- e) avaliação da vida funcional do servidor acompanhada de testes compatíveis com a função.

3) A insubordinação grave em serviço é passível de:

- a) pena de advertência.
- b) pena de repreensão.
- c) pena de demissão.
- d) suspensão da remuneração, por até 15 dias.
- e) suspensão da remuneração, por até 30 dias.

4) A respeito da Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa incorreta.

- a) As compras, sempre que possível, deverão atender ao princípio da padronização e ser processadas através de sistema de registro de preços.
- b) No que tange ao sistema de registro de preços, a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, salvo se o Edital dispuser em sentido contrário.
- c) Além das hipóteses previstas nos incisos do art. 25, é possível a contratação direta por

inexigibilidade de licitação com base no caput do referido artigo.

- d) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o que o contratado já houver executado até a data da anulação e por outros prejuízos comprovados, contanto que não tenha dado causa à anulação.
- e) Estabelece três hipóteses de rescisão contratual, unilateral por ato da administração, amigável e judicial.

5) De acordo com a Lei nº 10.520/2002:

- a) o prazo para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, será de 8 (oito) dias úteis, se outro não estiver fixado no edital.
- b) encerrada a fase de habilitação, o pregoeiro convocará os licitantes que ofertaram as três melhores propostas para participar da etapa de lances.
- c) a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- d) o prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, se outro não estiver fixado no edital.
- e) é permitida a exigência de garantia da proposta.

6) Para o cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, no que tange à concessão de tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte:

- a) considera-se microempresa aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), mas inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).
- b) poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado a pessoa jurídica de cujo capital participe outra pessoa jurídica e a pessoa jurídica que participe do capital de outra pessoa jurídica.
- c) a comprovação de regularidade fiscal das microempresas será exigida para efeito de assinatura do contrato e, das empresas de pequeno porte, quando da apresentação dos documentos de habilitação.

- d) o enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.
- e) nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que o edital não disponha de forma diversa.

7) No que tange à Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações – RDC), assinale a alternativa incorreta.

- a) Os contratos administrativos celebrados com base no RDC reger-se-ão pelas normas específicas previstas nesta lei, afastando as normas da Lei nº 8.666/93.
- b) Nas licitações de obras e serviços de engenharia poderá ser utilizada a contratação integrada, compreendendo a elaboração e o desenvolvimentos dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
- c) A administração poderá, mediante justificativa expressa, contratar mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço, desde que não implique perda da economia de escala e quando o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado ou a múltipla execução for conveniente para atender à administração pública.
- d) Na fase de habilitação poderá, mediante ato motivado, anteceder às fases de apresentação de propostas ou lances e de julgamento, desde que expressamente previsto no instrumento convocatório.
- e) Durante a disputa aberta ou de lances os licitantes poderão ofertar lances intermediários.

8) Lei 4.320/1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Mediante esta Lei, diversos conceitos são inseridos. Assim,

assinale o conceito corretamente apresentado.

- a) São Receitas de Capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado.
- b) São Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado.
- c) A concessão de subvenções econômicas visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional.
- d) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- e) Será feito empenho global da despesa cujo montante não se possa determinar.

9) A Prefeitura contrai uma dívida de longo prazo para reforma da maternidade municipal. Assim pergunta-se: como o empenhador classificará orçamentariamente a despesa referente às amortizações das parcelas desta dívida? Tanto principal quanto os juros, respectivamente.

- a) Amortização de Dívidas e outras despesas de capital.
- b) Amortização de Dívidas e Juros e encargos da dívida.
- c) Juros e encargos da dívida e outras despesas de capital.
- d) Operação de crédito e amortização de dívidas.
- e) Operação de crédito e juros e encargos da dívida.

10) No exercício financeiro de 2015 se estuda e elabora o orçamento público para o exercício de 2016. Mas todos os órgãos públicos estão sujeitos a ocorrências que acabem por alterar as prioridades de realizações de despesas e receitas. Desta forma, assinale a alternativa abaixo que contém o procedimento que reforça as dotações já existentes na Lei Orçamentária:

- a) Créditos Adicionais Especiais.
- b) Dívida Ativa Tributária.
- c) Operação de Crédito.
- d) Créditos Adicionais Suplementares.
- e) Créditos Adicionais Extraordinários.

11) A Lei de Orçamento Anual – LOA, lei que possui a estimativa da receita e a fixação das despesas. A Lei nº 4.320/1964 define para essas despesas, classificadas orçamentariamente, uma sequência obrigatória para sua realização, que são denominados de estágios. Portanto, assinale a alternativa que apresenta corretamente essa sequência de estágios da execução das despesas orçamentárias:

- a) licitação, empenho e pagamento.
- b) liquidação, empenho e pagamento.
- c) empenho, liquidação e pagamento.
- d) empenho, licitação, liquidação e pagamento.
- e) empenho, licitação e liquidação.

12) No ordenamento jurídico, a Lei Orgânica pode ser a lei maior de um município ou do Distrito Federal. No caso brasileiro, a lei orgânica municipal está sob dupla subordinação, uma vez que está subordinada sobretudo pela Constituição Federal bem como pela Constituição Estadual, decorrente do poder constituinte derivado decorrente. Em relação a Lei Orgânica do Município de Londrina, a afirmação correta corresponde a alternativa:

- a) dependerão de decisão do executivo a transformação, fusão, cisão, incorporação, extinção e privatização e, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.
- b) somente por Decreto do Executivo poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar federal, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- c) a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros dos Poderes do Município, dos detentores de mandato eletivo

e dos demais agentes políticos e os proventos não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Tribunal de Contas da União.

- d) é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- e) as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos não responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

13) A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 37 determina: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...”. Desta forma, analisando a Lei Orgânica do Município de Londrina, é correto dizer que:

- a) nos cargos em comissão é vedada a nomeação do cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, respectivamente, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores.
- b) os cargos públicos municipais serão criados por decreto, que fixará as suas denominações, os níveis de vencimento e as condições de provimento, indicados os recursos pelos quais correrão as despesas.
- c) é permitida a nomeação para cargos em comissão, no âmbito dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal os agentes políticos que perderam seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, no período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para a qual tenham sido eleitos.
- d) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, somente poderá ter caráter informativo, educativo ou de orientação social, mas podendo constar nomes ou símbolos que demonstrem a autoridade ou servidor público que realizou.
- e) semestralmente, a administração direta, indireta e fundacional publicará, na Imprensa

Oficial do Município, relatório das despesas realizadas com a propaganda e publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, especificando os nomes dos órgãos veiculadores.

14) Lei 8429/92, artigo 1º “Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei”. Assim assinale a alternativa correta abaixo:

- a) não estão sujeitos às penalidades da lei de improbidade administrativa os atos praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público.
- b) quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- c) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente, a sua herança não está sujeita às cominações da lei de improbidade administrativa.
- d) constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios.
- e) constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

15) Conforme o sistema normativo brasileiro, a administração pública direta ou indireta

da União, Estados Distrito Federal ou Municípios devem obediência a inúmeros princípios. Assim, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública:

- a) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- b) praticar ato visando fim proibido em Lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.
- c) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilícitamente.
- d) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- e) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente.

16) Quanto às limitações constitucionais ao poder de tributar, é incorreto afirmar:

- a) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- b) é vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- c) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a utilização de tributos com efeito de confisco.
- d) é vedado estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
- e) é vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

17) A Constituição Federal, estabelece critérios para a apresentação de Emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual, assinale a alternativa que contempla de forma correta um desses critérios:

- a) a Emenda apresentada deve ser compatível com o Plano Plurianual e com o Programa de Metas e Prioridades.

- b) a Emenda apresentada deve ser compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Municipal de Metas.
- c) a Emenda apresentada deve ser compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentária.
- d) a Emenda apresentada deve ser compatível com o Plano Diretor e com o Anexo de Metas e Prioridades.
- e) a Emenda apresentada deve ser compatível com o Plano Diretor e o Anexo de Riscos Fiscais.

18) Assinale (V) para as afirmativas VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS, marcando, a seguir, a sequência correspondente.

() cabe a União instituir imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.

() o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI é seletivo, em função da essencialidade do produto.

() compete aos Municípios instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.

() compete aos Municípios instituir impostos sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

- a) V, V, V, V.
- b) V, V, V, F.
- c) V, V, F, F.
- d) V, V, F, V.
- e) F, V, V, V.

19) Em conformidade com o artigo 3º, do Decreto Municipal n.º 149, de 09 de Fevereiro de 2015, Regimento das Diárias e Adiantamentos da Administração Direta e Indireta do Município de Londrina, é correto afirmar que:

- a) *Viagem* - É apenas o deslocamento de ida do servidor e ocupante de cargo em comissão, de sua base de trabalho para outra localidade, objetivando atender interesses do Município.
- b) *Viagem de pequena duração* - É aquela cuja duração seja superior a 24 horas e haja pernoite.

- c) *Diária de alimentação* - Importância isenta de comprovação, destinada a cobrir despesas de diárias com alimentação, correspondente a 50% da diária de viagem, a cada 12 horas completas, de acordo com as frações de horas ao término das viagens e nas viagens de longa duração.
- d) *Diária de pernoite* - Importância isenta de comprovação destinada a cobrir despesas com hospedagem, correspondendo a 100% da diária de viagem.
- e) *Diária de viagem* - Importância correspondente às diárias com alimentação e pernoite destinadas a cobrir gastos de hospedagem do servidor e ocupante de cargo em comissão.

20) Assinale a opção correta.

O valor da diária, definido pelo artigo 5.º, do Decreto Municipal n.º 149, de 09 de fevereiro de 2015, para os servidores e ocupantes de cargos em comissão da Administração Direta e Indireta, por pessoa, será:

- a) São Paulo e Brasília - R\$ 300, 00 (trezentos reais).
- b) Curitiba e cidades do interior de outros Estados – R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).
- c) Brasília, Foz do Iguaçu e demais capitais – R\$ 500,00 (quinhentos reais).
- d) Londrina e Curitiba – R\$ 200,00 (duzentos reais).
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

21) Assinale a opção correta.

O processo de prestação de contas do adiantamento, definido pelo artigo 21, do Decreto Municipal n.º 149, de 09 de fevereiro de 2015, será apresentado à Controladoria-Geral do Município para análise e aprovação, obedecendo o seguinte:

- a) é obrigatória a apresentação do processo de prestação de contas à Controladoria-Geral do Município pelo responsável do adiantamento, em até 30 (trinta) dias contados do término da viagem.
- b) na hipótese de não realização da viagem, a devolução do numerário deverá ocorrer em 5 (cinco) dias úteis contados da efetivação da ordem de pagamento.

- c) os recursos recebidos por adiantamento e não utilizados, deverão ser restituídos no máximo em 2 (dois) dias úteis após o retorno da viagem.
- d) a prestação de contas poderá ser feita a qualquer momento dentro do exercício financeiro.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

22) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo Municipal demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais em audiência pública na Câmara Municipal ao final dos meses de:

- a) fevereiro, junho e outubro.
- b) abril, agosto e dezembro.
- c) janeiro, abril e agosto.
- d) janeiro, maio e setembro.
- e) maio, setembro e fevereiro.

23) Assinale a alternativa correta conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal:

- a) a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo não é permitida, podendo ser admitida somente se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- b) o Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo vinte dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- c) até dez dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- d) serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.
- e) integrarão o projeto de lei orçamentária anual o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

24) Para efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, entende-se como despesa de caráter

continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período:

- a) superior a dois quadrimestres.
- b) superior a dois semestres.
- c) superior a três quadrimestres.
- d) inferior a dois exercícios.
- e) superior a dois exercícios.

25) A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF dispõe sobre o endividamento público, trazendo normas para a responsabilidade na gestão fiscal. Assinale a alternativa que traz definições corretas a respeito da dívida pública, de acordo com a LRF:

- a) dívida pública consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a dois quadrimestres.
- b) dívida pública mobiliária é a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- c) a operação de crédito por antecipação de receita (ARO) destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e deverá ser liquidada até o final do exercício subsequente de sua contratação.
- d) a operação de crédito por antecipação de receita (ARO) destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e poderá ser realizada a partir do primeiro dia útil do exercício.
- e) é vedado ao titular de Poder ou Órgão, nos últimos dois meses do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.